ENTREVISTA: PROFESSORA DRA. DIRCE MARIA ANTUNES SUERTEGARAY

INTERVIEW: TEACHER DRA. DIRCE MARIA ANTUNES SUERTEGARAY

ENTREVISTA: PROFESORA DRA. DIRCE MARIA ANTUNES SUERTEGARAY

MARTA FELÍCIA MARUJO FERREIRA
Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL), Alfenas/MG.
E-mail: martafelicia@uol.com.br

MARCELO DE OLIVEIRA LATUF
Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL), Alfenas/MG.
E-mail: Marcelo.latuf@unifal-mg.edu.br

ESTEVAN LEOPOLDO DE FREITAS COCA
Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL), Alfenas/MG.
E-mail: estevan.coca@unifal-mg.edu.br

Durante a realização da 5ª Jornada Científica do curso de Geografia da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), realizada entre 24 a 26 de setembro de 2018, com o tema "Geografia, Poder e Pluralidade", a comunidade geográfica teve o prazer em receber a Professora Doutora Dirce Maria Antunes Suertegaray, para nos abrilhantar com seus ensinamentos e experiências. Neste encontro, oportunizou-se a realização da presente entrevista, concedida em 24 de setembro de 2018 e coordenada pela professora Marta Felícia Marujo Ferreira, bem como pelos professores Marcelo de Oliveira Latuf e Estevan Leopoldo de Freitas Coca. O grupo de entrevistadores gostaria de realizar um agradecimento especial à Professora, que gentilmente se dispôs a nos atender. Que esta entrevista possa servir como registro histórico sobre a atuação desta expoente Geógrafa Brasileira e de defensora incansável na tentativa de unir as dinâmicas da Natureza e da Sociedade em um diálogo permanente, bem como para que sirva de inspiração a docentes e discentes interessados pelos assuntos geográficos.

Sua trajetória acadêmica na Geografia teve início na Geografa Física quando iniciou seus estudos com temas relacionados à ação humana sobre o relevo e ao processo de arenização. Quando e como foi seu encontro com a geomorfologia em sua carreira?

Meu encontro com a geomorfologia vem da graduação, eu tive um professor excelente no ensino da geomorfologia, professor Ivo Lauro Müller Filho[1], ele não foi um professor conhecido nacionalmente do ponto de vista acadêmico, mas era um professor brilhante de geomorfologia, muito semelhante ao professor Ab'Saber[2] no que se refere ao que ele construiu, ao raciocínio dele a partir dos desenhos. Ele desenhava os croquis e ia desconstruindo os croquis e mostrando todo o processo de evolução do relevo. Eu me interessei e gostei imensamente desta área do conhecimento, associada ao fato de que, onde fiz a graduação, Universidade Federal de Santa Maria, na época, os estudos da natureza eram muito fortes, a geologia era forte, a pedologia era forte, a biogeografia era forte, a geomorfologia era forte, então, na verdade, eu opto pela área das ciências da natureza, especialmente a geomorfologia, porque era onde eu me sentia mais segura. Eu sempre gostei das humanidades, mas as humanidades, no meu curso de graduação, não me deram lastro para continuidade. Considerei, quando decidi que ia prosseguir estudando, que eu seguiria na área de geomorfologia, acredito que é basicamente a graduação que me levou a isso. Em relação à outra questão é o seguinte, acho que tem algo que marca minha formação. Aprendi, na época, lendo os clássicos e pelos próprios professores da graduação que a geografia era a ciência da interação homem x meio, ciência da relação do homem e da natureza, ou da natureza e da sociedade, esta compreensão marcou minha formação. A minha formação,

[1] Teve sua trajetória acadêmica na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).
[2] Professor Aziz Nacib Ab'Saber teve sua trajetória acadêmica na Universidade de São Paulo (USP).

considerando a estrutura do curso, foi extremamente compartimentada, mas, ao mesmo tempo, a construção teórica era essa da articulação, então eu saí do curso com esta questão pendente: estudar geografia é fazer a relação natureza e sociedade? Essa questão é fundante na minha formação, eu persigo essa articulação até hoje. Desde o mestrado eu trabalho nesta busca. Hoje, eu sou mais reconhecida pelos estudos da arenização, que é o produto do doutorado, mas já no mestrado eu trabalho na busca de conexão entre natureza e sociedade. O título de minha dissertação é: "A atividade humana como um processo geomorfológico na bacia do Rio Toropi, RS"[3]. O mestrado não foi alguma coisa que, digamos, foi prazeroso, tive dificuldades de construir o mestrado, mas tentei fazer essa conexão, tanto é verdade que essa dissertação está engavetada até hoje. Tive problemas muito sérios, de um lado por conta da orientação também, meu orientador era o professor Christofoletti[4], e como eu queria fazer essa conexão, ele achava desnecessário. Para poder realizar essa dissertação, além do problema de aceitação do tema, como já me referi, vinha de uma faculdade de licenciatura, e na minha época não tínhamos discussão de teoria, de método e nem de como fazer pesquisa. Fiz o mestrado na Universidade de São Paulo (USP) e quando cheguei na USP não sabia fazer nada em pesquisa, mas também não tive orientação em termos de disciplinas, e aí o próprio mestrado foi frágil, eu reconheço, ele foi frágil do ponto de vista metodológico, mas não foi só isso que me complicou na defesa, foi a dimensão mais econômica e política que eu tentei abordar, buscando a explicação do processo de erosão na escarpa do Planalto

[3] ROSSATO, D. M. S. *Atividade humana como processo geomorfológico:* o exemplo na bacia do rio Toropi-RS. São Paulo: FFLCH, 1981. (Dissertação de Mestrado em Geografia).

[4] Professor Antônio Christofoletti teve sua trajetória acadêmica na Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Rio Claro.

Meridional, um dos compartimentos da bacia que estudava. Em resumo, tudo indicava uma reprovação, sei lá... na minha avaliação quem me salvou no mestrado foi o professor Adilson Avansi de Abreu[5] - USP. Eu já tinha sido aluna dele, inclusive fizemos um trabalho grande aqui em Minas, na Serra do Espinhaço, mais de uma semana pesquisando, aprendi muito com ele e ele me salvou porque como ele me conhecia como aluna e como já tínhamos trabalhado nessa experiência de campo na disciplina, ele fez a crítica, mas percebeu em mim a possibilidade de continuar. Quando foi para realizar o doutorado, eu o procurei na USP, ele me aceitou e o tema inicial foi desertificação. Esse tema desertificação é produto da difusão da desertificação no Rio Grande do Sul (RS), anos 1970/1980, pela imprensa. Divulgava-se que o estado estava com problemas de erosão do solo na sua região sudoeste - a campanha do RS, e que tenderia para um deserto, e aquelas manchas arenosas eram chamadas de desertos. Os estudos eram poucos, tinha um estudo feito basicamente pela Superintendência do Desenvolvimento do Sul (SUDESUL) que era mais descritivo, em que participou a professora Alba Gomes[6], tinha outro estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizado por um grupo que fez um trabalho de campo e caracterizou aquelas áreas a partir de uma explicação muito superficial, indicou várias causas, mas não aprofundou. O agrônomo João José Souto[7], esse sim, fez um experimento com implantação de

[5] Professor Adilson Avansi de Abreu teve sua trajetória acadêmica na Universidade de São Paulo (USP).

[6] Professora Alba Maria Baptista Gomes teve sua trajetória acadêmica na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Publicou o artigo GOMES, A.B.; CARVALHO, C.S.; BARBOZA, V.R.D. *Estudo de geomorfologia - Alegrete*. Porto Alegre: Instituto de Geociências/UFRGS, 1980.

[7] SOUTO, J. J. J. P. *Deserto, uma ameaça? Estudos dos núcleos de desertificação na fronteira sudoeste do Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: Secretaria de Agricultura/DRNR, 1985.

várias espécies entre nativas e exóticas visando à recuperação dessas áreas no contexto da discussão ambiental. Sua preocupação era como recuperar essas áreas e chegou à conclusão de que o plantio de eucalipto era o caminho viável. Nesse momento, início dos anos 1980, a discussão ambiental era emergente no Rio Grande do Sul e esse tema desertificação é introduzido no estado a partir da difusão da existência dos areais. Essa problemática me induziu a estudar esse processo uma vez que o tema dava oportunidade para analisar a relação natureza e sociedade. Essas áreas estão presentes no município onde eu nasci, Quaraí. Esses três elementos foram os que me levaram à escolha desse tema. Ao longo do processo, orientada pelo Adilson, a minha hipótese de tese que derivou do que era expresso pela imprensa, foi que os areais eram decorrentes da expansão da monocultura de soja e que esta cultura teria originado a formação de areais. Esta hipótese não se confirmou, pelo menos na área escolhida para estudo. Na busca por uma confirmação mais rigorosa disso, deparo-me com outra realidade ou informações e aí eu termino a tese com essa conclusão de que os areais têm sua origem natural, podendo ser intensificados pela atividade humana. Isso não só porque os elementos da dinâmica da natureza indicavam, mas, em especial, o registro histórico da ocorrência dessas feições demonstrava. Os viajantes naturalistas alemães, século XIX, já tinham descrito esses areais, então não havia como associar soja a alguma coisa que já estava presente no início desse século. Nessa época o gado existia, mas era um gado xucro, criado solto, não era confinado em fazendas e nem criado de forma intensiva, aliás como nunca foi, há exceções. Enfim, na época não existia a cerca delimitadora da propriedade, então o gado era criado solto, impossível imaginar que houvesse uma concentração de gado ali.

Depois disso, vários outros estudos de orientandos meus acabaram corroborando essa tese. Nesse contexto de investigação, eu tinha que explicar esse processo, então emerge a pergunta: se não é desertificação, o que é? Porque na verdade nunca ninguém tinha estudado essas feições do ponto de vista geomorfológico. Eu comecei a tese em 1983 e terminei em 1987, defendi em 1988. Nesse contexto, coube-me buscar uma tentativa de explicação para os processos ali ocorridos. Eu entendia a dinâmica, mas como é que eu denominaria. Como essas áreas na toponímia regional eram reconhecidas como areais ou na linguagem castelhana, que é muito presente entre nós, *arenales,* eu resolvi então, derivar o conceito do processo a partir deste termo: se areais é a forma, o processo é arenização, fiz isso de forma muito intuitiva, eu não tinha ideia de que esta construção fosse ser o fundante da tese, tratava-se da construção de um conceito que explicava um fenômeno que ainda não era nominado, acho que essa é a questão. Tive sorte, escolhi alguma coisa para estudar em geomorfologia que nunca ninguém tinha estudado.

A senhora falou que o professor brilhante que teve em geomorfologia desenhava e explicava muito por croquis. Em uma de suas publicações há vários croquis explicando formas, isso foi uma homenagem a aquele professor?

Foi uma homenagem, mas essa homenagem deriva depois, esse livro[8] surge na última turma em que fui professora de geomorfologia. Nessa turma, cursava geomorfologia minha filha, hoje geógrafa, a Maíra. Era uma turma muito pequena, me lembro que eram 6 ou 7 alunos e, ao terminar a disciplina, algumas dessas alunas disseram: "Dirce, porque tu não fazes um livro com os croquis e desenhos dos conceitos? Porque é muito mais fácil para a gente aprender". Um deles que

[8] SUERTEGARAY, D. M. A. (Org.). *Terra: feições ilustradas*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. 263p.

compõe o livro, que é um dos desenhistas, estava na pós-graduação, eu disse: "se vocês toparem, vamos fazer juntos, dividimos as tarefas. Primeiro, o levantamento da lista dos conceitos que vão compor o livro, depois divide-se as tarefas, quem vai desenhar, quem vai pesquisar os conceitos". Assim fomos montando, foi muito bom esse trabalho, interessante. Terminado o livro, quando vou escrever a apresentação, dou-me conta de que eu não sei desenhar tão bem assim, eu fazia uns croquis na aula, no quadro, os alunos entendiam. Foi nesse momento que me reportei às aulas do prof. Ivo e lembrei do quanto tinha aprendido a partir de seus desenhos e suas explicações concomitantemente. Decidi prestar então uma homenagem aos mestres que também desenhavam em suas aulas, então eu faço homenagem no livro ao professor Ivo Lauro Müller Filho, ao professor Aziz Ab'Saber e ao professor Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro[9], os três são brilhantes no desenho, magistrais no que ensinaram/ensinam. Tive a oportunidade de encaminhar o livro ao professor Ivo Lauro antes de ele falecer. Ele ficou muito gratificado e me disse: "Ah! mas eu não consigo entender como é que tu me colocas do lado dos grandes mestres". Ele foi um grande mestre. Ele chegou a participar de algumas atividades em São Paulo com o professor Ab'Saber, e assim nasceu esse livro. Hoje, eu estava conversando com o Márcio[10], esse livro tem uma parte que para mim é importante. Trata-se das feições do fundo dos oceanos. A meninada que trabalhou nesse livro, na época, estudava oceanografia física, eles tinham todo conhecimento das feições submarinas então eu disse: Quem sabe a gente inclui, porque a geomorfologia nunca trata em suas aulas desta

[9] Professor Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro teve sua trajetória acadêmica na Universidade de São Paulo (USP)

[10] Professor Márcio Abondanza Vitiello é docente do quadro da Universidade Federal de Alfenas na área de Educação Geográfica.

temática, trata da superfície da Terra e o que existe embaixo do oceano só vai estudar quem quiser saber, um dia, lá na universidade. Acho que isso foi também um elemento importante, porque o livro foi agradável de fazer e, também, foi um livro que eu não imaginei que teria a repercussão que teve. Esse livro o Ministério da Educação (MEC) comprou para encaminhar para as bibliotecas de escolas do ensino médio. Eu fico lisonjeada porque o professor José Queiróz Neto[11] me encontrou um dia, ele dava aula depois de aposentado em Osasco, e me disse: "Nem sabe, gosto muito daquele livro, uso muito com meus alunos". Eu: "Nossa senhora!" Queiróz usando nosso livro, mas é bom saber porque a construção desse material trazia uma preocupação com ensino. Além da pesquisa que fazemos, sempre achei que devemos nos preocupar com a educação, o ensino, e esse livro foi uma boa pedida, mas não foi uma coisa que eu pensava fazer. Foi aquele grupo de alunos que ao lançar a ideia permitiu sua concretização.

Como a Sra. vê a atual produção brasileira em ensino da geomorfologia? A Sra. considera o conteúdo geomorfológico nos livros didáticos adequado face aos outros temas da geografia tratados nestas obras?

Essa questão do ensino do que se chama geografia física é complexa. Prefiro falar de estudo da natureza, porque tem uma certa questão com essa compartimentação, ela é complicada e guarda alguns elementos que dizem respeito a como se construiu o ensino de geografia no Brasil. Aquele estudo "clássico" compartimentado e aprofundado digamos da geografia física, ou da própria natureza, que incluía clima, geomorfologia, hidrologia, solos, biogeografia... hoje, se faz de forma diferente. Se pegarmos um livro dos anos 1940/1950, por

[11] Professor José Queiroz Neto teve sua trajetória acadêmica na Universidade de São Paulo (USP).

exemplo, Aroldo de Azevedo[12], eu estudei nesses livros e inclusive cheguei a ensinar no início da minha carreira com esses livros, a geografia da natureza apresentava um grau de profundidade e detalhamento que hoje não existe. Mas tudo isso foi criticado por ser excesso de conteúdo, por ser inadequado, descritivo, uma série de questões. Mas aí veio esse momento em que, de certa forma, ao optarmos pelo ensino da geografia crítica deixam-se em segundo plano os estudos da natureza. Eu vivi isso porque era vinculada à pesquisa em geomorfologia, então, eu senti o impacto na época dessas transformações. Muito embora tenha mantido o diálogo com a construção teórica da geografia crítica, não abandonei a compreensão da dinâmica da natureza. A impressão inicial e a busca com a qual me envolvi no campo epistemológico foi no sentido de buscar argumentos à compreensão de que mesmo estudando a natureza é possível ter uma dimensão crítica. No caso do ensino, e aqui me refiro ao conteúdo expresso nos livros didáticos, os conteúdos relativos à natureza são tratados muito superficialmente. Com a questão ambiental emergente nos anos 1970, de alguma forma cresce o interesse pelo ensino da natureza. Mas ainda me parece pouco expressivo, muito embora a problemática ambiental cresça e se torne hoje uma questão importante. Os estudos da natureza estão presentes nos livros didáticos de forma superficial ou na forma apenas do impacto da sociedade em relação aos constituintes da natureza, abandonando-se a explicação da dinâmica ou da gênese da natureza em muitos casos. Ainda não se descobriu um jeito, parece-me, de construir um processo de explicação da dinâmica da natureza associado com a sociedade em que haja peso similar para as duas dimensões. Ou a gente trabalha muito bem a dimensão social e fala

[12] AZEVEDO, A. *Geografia do Brasil.* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

somente dos impactos na natureza, ou estudamos muito bem a natureza e colocamos a dinâmica social como uma ação humana genérica, que também é complicado no meu ponto de vista, e isso é o que se expressa nos livros didáticos. Tenho um texto escrito nos anos 1990 em que trato dessa questão de forma diferente[13]. Nele enfatizo a importância de estudar a relação natureza e sociedade. Penso que é preciso achar um caminho nesse sentido, mas que construa um certo equilíbrio e que construa o conhecimento sem negação, sou contra a negação do conhecimento, qualquer um, seja da natureza ou o conhecimento social. Esse texto que me referi, surge de um momento específico. Fui a Belém/PA falar sobre o ensino da geografia física e um estudante me perguntou: "Professora, qual é sua opinião sobre a importância dos estudos de geografia física na geografia?" O debate da época era norteado por essa questão. Respondi, em primeiro lugar um professor jamais deve negar conhecimento para o aluno, se um aluno pergunta alguma questão relativa ao conhecimento da natureza e ele, se não toda a turma, está desejoso de aprofundar, é necessário que faças isso, porque negar o conhecimento é muito complicado para um professor. Para mim o que importa não é se devemos estudar ou não a natureza, a questão é como posso estudar a natureza com crianças e adolescentes de forma que eles se sintam envolvidos e compreendam, então, trata-se mais de uma questão de método do que propriamente de conteúdo, eu não tenho dúvida de que temos de ensinar sobre natureza e como geógrafos temos de pensar isso.

As abordagens holísticas têm ganhado amplitude? Em trabalhos científicos nos mais variados níveis?

[13] SUERTEGARAY, D. M. A. A Geografia e o Ensino da Natureza. In: CALLAI, H. C. (Org.). *O Ensino em Estudos Sociais*. 1ed. IJUI/RS: UNIJUI, 1991, p. 104-111.

Posso dizer o seguinte, primeiro vou fazer uma distinção, eu trabalho com a concepção de natureza, portanto seria uma abordagem mais holística, mas eu não trabalho com sistemismo, já na minha tese[14] eu fiz toda uma avaliação crítica do que seria o sistemismo, porquê? Porque está baseado nos estudos de funcionalidade do sistema. É lógico que o sistema tem de ser compreendido em sua funcionalidade, mas isso não basta. Não nego o sistemismo, mas do ponto de vista metodológico o sistemismo (houveram avanços, a construção sistêmica contemporânea se apresenta mais complexa, embora os avanços em relação às práticas continuem vinculados aos tempos passados, com exceções certamente) trata da funcionalidade da natureza, das interações e dos processos exclusivamente. É importante saber como ocorre a dinâmica da natureza. O sistemismo contribui na medida em que ele relaciona todos os elementos, nesse sentido sim, mas como eu sempre fui preocupada com a gênese, porque a minha geração é a geração que quer explicar a gênese da forma, não só sua dinâmica. Todos os geomorfólogos que estudei, na época, eram defensores da explicação genética do relevo. Éramos formados para explicar a gênese do relevo, a gênese exige uma explicação que considere o processo no tempo - em uma dimensão histórica - daí a valorização dos estudos do quaternário para explicar a geomorfologia do presente. Na minha compreensão, o sistemismo faz uma ruptura metodológica com a história. Agora, a construção sistêmica evoluiu e hoje se pode pensar mais abrangentemente. Gosto das concepções sistêmicas de Maturana & Varela[15] construídas a partir da biologia e que se estendem para uma explicação da vida

[14] SUERTEGARAY, D. M. A. *A trajetória da natureza*: um estudo geomorfológico sobre os areais de Quaraí-RS. São Paulo, 1988. 243p. (Tese de Doutorado em Geografia Física).
[15] MATURANA, H. R. & VARELA, F. *A árvore do conhecimento:* as bases biológicas da compreensão humana. São Paulo: Palas Athena, 2001. 283 p.

planetária, demonstrando uma evolução contínua e contraditória entre os seres, desde seu interior ao mundo, neste incluída a natureza. Eles trabalham na perspectiva sistêmica e construtivista. Conceitua a natureza da seguinte forma: A natureza é autoeco reorganizacional. Que significa: auto, porque não é produto divino, ela se autoconstrói, eco porque ela tem uma funcionalidade específica, reorganizacional pressupõe o tempo, essa funcionalidade vai se transformando ao longo do tempo. É nesse sentido que eu acho que os autores inovaram o sistemismo, para além da funcionalidade compreende a gênese da natureza. Acho que eles avançam porque enquanto construtivistas propõe uma educação centrada na vivência do mundo. O que seria mais compreensível para um estudante, uma criança? Por exemplo: quando chove, o que eu faço? Quando chove, o que acontece nos lugares externos à casa, à escola? Ou seja, o estudante pode se referir a vários aspectos, com chuva há erosão, infiltração de água no solo, enxurrada etc., esse aprendizado é muito mais dinâmico do que a gente aprender como aprendi: a chuva é isso, a infiltração é aquilo, conhecimento posto de forma isolada. Em síntese retornando, eu penso que a abordagem sistêmica evoluiu conceitualmente, mas, voltando para a questão do ensino, muitos dos livros didáticos em geografia, quando abordam a natureza, estão buscando explica-la em um contexto sistêmico. Entretanto, o sistemismo ali apresentado é sustentado em conceitos da biologia, resgatam-se conceitos de ecossistema para explicar as dinâmicas naturais, entre outros. Essa explicação com base em conceitos de outras ciências me incomoda. O que se aprende de geografia se importamos conceitos de outros campos. Qual é o sentido então da geografia? Trazer conceitos de outras ciências para construir a análise geográfica nos livros didáticos ou no ensino é um incômodo,

afinal com que conceitos a geografia opera. Então pergunta-se, quais os conceitos que permitem à geografia estudar a dinâmica integrada da natureza, biologicamente entende-se como ecossistema, mas aqui na geografia como é que se entende, não pode ser a "paisagem natural" ou o geossistema? O que quero dizer é que nós temos que saber o que é geográfico, os conceitos que a geografia opera. O que nos identifica como geógrafos? E isso deve iniciar na escola, desde lá. Os conceitos geográficos e a construção da geografia deveriam iniciar, na escola, com as crianças porque, se usamos esses conceitos, podemos também ensinar quais as equivalências destes com os de outras ciências, o que distingue a geografia da ecologia. Tanto o professor de biologia como nós estamos ensinando a mesma coisa. Pergunto então, para que ensinar biologia/ecologia ou geografia se as crianças estão reproduzindo lá e cá a mesma leitura ou se não a mesma, aproximada? Estas são questões não resolvidas. Podem, também, essas reflexões serem estendidas no campo da pesquisa.

Como descobrir o caminho para se estabelecer o elo entre as geografias física e humana? Ou não há elo? Ou há mais ou menos? Porque nós somos frutos de uma geografia separada, cada um no seu cantinho, cada um defendendo uma geografia única, mas cada vez ficando mais restrito à sua área.

Tente ver as circunstâncias, a minha geração defendia a relação natureza e sociedade ou a relação homem e meio, e na academia ensinava-se compartimentado, a geração de vocês ensina o sistemismo e continua aprendendo tudo compartimentado. Ou seja, discutimos concepções, conceitos, formas de ver o mundo, mas não conseguimos resolver nosso problema metodológico. Eu só posso responder tua pergunta a partir do que eu fiz, e se isso foi a construção de um elo entre natureza e sociedade, muito bem. Quando eu fui trabalhar pela primeira vez no ensino superior, logo depois de

formada, na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ), eu me radiquei no departamento que congregava professores das ciências humanas. Lá estudava-se muito ciências humanas. Lá iniciei trabalhando com cartografia, mas a gente era convidado a estudar e foi lá que eu adentrei em toda a discussão das ciências humanas. E nesse momento eu descobri o marxismo. Nessa época, cheguei a querer largar os estudos de geomorfologia. Estava terminando o mestrado, eu queria largar, pois questionava a importância dos estudos da natureza com tanto problema social. Lembro que eu viajava de Santa Maria para Ijuí para ensinar na Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado (FIDENE - Ijuí). No transcurso olhava a escarpa do planalto e pensava: qual é o sentido de estudar a escarpa do planalto quando há inúmeros problemas sociais nesse país? Comecei a negar a geografia física, depois quando fui para o doutorado eu me voltei àquela velha história. Surgem perguntas: sobre fazer doutorado na geografia humana? O que sabia de sólido para decidir pelo doutorado nas humanidades? Respondia, eu tenho uma base mais sólida em geomorfologia, então devo me aventurar em geografia humana? Aí eu permaneci na geomorfologia, mas sempre nessa busca da conexão natureza e sociedade. Um livro foi fundamental na minha formação, trata-se da obra de Marx e Engels[16], A Ideologia alemã. Nesse livro é explicada a transformação da sociedade ao longo do tempo, a partir da categoria trabalho e seu vínculo ao processo histórico. Explicita a apropriação e transformação da natureza. E ao longo de sua interpretação constrói o conceito de segunda natureza. Deste livro uma frase marcou meu

[16] MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. Trad. Castro e Costa, L.C., São Paulo: Martins Fontes, 2002.

método: agora livremente escrita existe uma única ciência que é a ciência da história, ou conta-se a história da natureza ou conta-se a história da sociedade. Só que, ao contar a história da sociedade não podemos desconhecer que a história da sociedade é a história de socialização da natureza. Desta leitura surgiu o caminho trilhado pela tese. Inicialmente trabalhei com a gênese e dinâmica da natureza considerando o conceito de paisagem natural. Ao concluir esta fase, observo que a paisagem natural estudada expressava uma dinâmica diferenciada e única, que aquela paisagem estava sofrendo "desequilíbrios", que era produto de transformações, enfim, que era frágil. Eu queria saber se aqueles areais eram naturais ou decorrentes da ação antrópica, então eu me baseio na construção de Marx e Engels. Eu diria que se trata de uma influência mais filosófica do que de método. Não posso dizer que a tese segue o método marxista. Não tem como fazer geomorfologia marxista, isto é muito claro, digo que minha tese tem uma parte cujos procedimentos estão baseados no método das ciências da natureza e de outro no método (dialético?) constituinte do marxismo. Nessa fase da tese busco estabelecer a relação da sociedade com a natureza, uma natureza frágil com presença de areais, incorporada ao território nacional através de sua apropriação pastoril e militar, uma vez que é uma área de fronteira. Para tanto, busquei na formação econômico social brasileira a decifração das formas de ocupação. O eixo central de explicação é o trabalho com o processo histórico, vou procurar entender ao longo da história como aquela área - natureza (cujos areais já existiam) foi incorporada aos processos produtivos. O fato é que este caminho me permitiu fazer as conexões desejadas e foi através dessas conexões que concluo pela origem natural dos areais, embora novas áreas possam ser criadas pelo trabalho humano.

A senhora usa o método dialético nas suas pesquisas? Mas não é sistêmica também?

Sim, eu centro minha análise na identificação do movimento e nele do contraditório. Na leitura de alguns, o que escrevo, dizem, é sistêmico, pode até ser, mas eu reconheço diferenças na análise. O sistema mesmo aberto é uma construção *a priori*, que de certa forma molda o olhar. Prefiro reconhecer que não trabalho com sistemas, eu resgato aquilo que é fundante na geografia, estabelecer conexões, princípio que foi aparentemente perdido pela geografia. Na forma como concebo geografia este é um princípio básico, a geografia é a ciência das relações, a ciência das conexões. O professor Arquimedes[17] da Unicamp brincava comigo: "Dirce, seu método é sistêmico", eu digo: "Não, tu vês sistema nas minhas análises porque tu queres". Como disse antes, existe uma coisa que eu sempre busco expressar, o contraditório, mas não é uma coisa perfeita nem ortodoxa. É uma maneira que eu achei de resolver o meu problema com o método, se deu certo ou não, não sei. Explicando um pouco mais o caminho trilhado. Na discussão sobre o método no contexto do materialismo histórico, os estudos da natureza fazem parte da história natural, como indiquei antes. No contexto marxista, a natureza constitui recurso ou meio à apropriação. Agora, Marx e Engels trataram de natureza concebida como segunda natureza, àquela transformada pelo trabalho. Agora, eu trabalhei no campo da geomorfologia com o método das ciências naturais, é o que eu tinha disponível, não seria sistêmico necessariamente, derivou minha análise da leitura mais clássica da geomorfologia, busquei ao estudar

[17] Professor Arquimedes Perez Filho possui trajetória acadêmica na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

a natureza, estabelecer as relações entre seus elementos constituintes, através do conceito de paisagem natural, e sua transformação. Para estabelecer a conexão com a sociedade busco elementos da dialética e analiso a transformação do espaço geográfico estudado a partir da sua formação econômica. Isso foi chamado por muitos dos meus colegas de ecletismo. A geração de vocês parece mais compreensiva, aceita melhor o diálogo entre métodos. A minha geração era mais "ortodoxa", ou tu és isso, ou tu és aquilo. Penso que a gente tem de dialogar com os caminhos que nos permitam dar uma explicação ao objeto de estudo. Não posso negar o conhecimento construído pelo sistemismo. Existe um conhecimento fundamental do ponto de vista do sistemismo, eu vou negar? Da mesma forma em relação ao neopositivismo, todo o campo científico das ciências duras foi baseado no método científico, não tem como negar. Certa vez em uma mesa-redonda me chamaram de eclética. Em minha defesa outro colega dizia: "Isso que tu fazes não é ecletismo", falou bem do meu método dizendo que, o que fazia correspondia à busca de compreensão da totalidade. Ao final, outro colega pergunta o que eu achava do ecletismo? Respondi um pouco desaforada: "Se o que eu fiz é ecletismo e o ecletismo é pejorativo e não serve para nada, a conclusão que chego é que o que eu fiz não serviu para nada"... risos! Mais atualmente li o livro "A Ecologia de Marx", escrito por Foster[18], onde ele faz toda uma avaliação da construção da obra de Marx sob essa perspectiva. Nesse livro busca resgatar essa dimensão da natureza e do ecológico em Marx. E aí eu me surpreendi mais ainda, o autor faz a análise de sua obra explicitando a origem de suas ideias e demonstra que a construção

[18] FOSTER, J. B. *A ecologia de Marx:* materialismo e natureza. Rio de Janeiro, ed. Civilização Brasileira, 418pp, 2005.

marxista é uma construção que agregou e superou (dialeticamente) o conhecimento de sua época, não só no campo social, mas, inclusive, no que se refere aos estudos da natureza. Foster decifra as leituras, em Marx, no campo da natureza, e justifica sua opção pelo uso do termo história natural como caminho de compreensão da natureza. Diz ainda que Marx foi contemporâneo de Haeckel e conhecia a ecologia. No entanto, não faz a opção em seus escritos pelo conceito de Haeckel de ecologia. Esse conceito não se adequava a seu método, fundado na compreensão científica que valorizava o processo histórico. Influenciado pela filosofia da natureza que buscava compreender a gênese, neste caso desvinculada da origem divina, posto que evolucionismo de Darwin, presente na discussão da natureza à época demonstrava que a natureza na sua evolução era independente de uma criação externa. Portanto, sua proposta deixa implícito um caminho para os estudos da natureza. Sem muito saber eu segui esse caminho. A leitura desse livro me permitiu a reflexão sobre a minha produção científica. Hoje tenho mais argumentos para o diálogo.

A geomorfologia como ciência aplicada pode resolver problemas socioeconômicos relacionados ao relevo? De que maneira a geomorfologia poderia auxiliar na solução desse problema?

A geomorfologia, em diferentes temas tem condições técnicas de sugerir resoluções técnicas. Um exemplo para mim mais presente são os trabalhos que tratam de estudos de risco e movimentos de massa. Essas questões, a geomorfologia pode contribuir tecnicamente e tem elementos para contribuir. O colega Roberto Verdum[19] trabalhou muito nisso, soluções técnicas para o controle da expansão dos areais

[19] Professor Roberto Verdum possui trajetória acadêmica na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

e controle das voçorocas. Isso é possível, existem técnicas das mais variadas para controle de processos erosivos. No grupo dos estudos de arenização, Roberto foi o responsável por experimentar um conjunto de técnicas de controle de ravinas e/ou voçorocas, fez uma série de experimentos nesse sentido, então existem soluções técnicas. O problema é a ilusão de que um efetivo conhecimento técnico vá, por ele só, resolver o problema. No campo social a técnica, e sua aplicação, é mediada por uma intencionalidade política, uma vontade política, é a política que dirige a intenção de proceder de uma determinada forma ou de outra. Essa ideia de que a técnica resolve está muito presente entre nós. Costumo ler teses e dissertações que explicitam como um de seus objetivos, fornecer subsídios ao planejamento. Na maior parte dos casos isso é uma ilusão, porque esse trabalho terá de ser compreendido técnica e politicamente. Sua possibilidade poderá vir do engajamento político do pesquisador. Haverá de existir um desejo político e uma ação política consistentes para sua absorção. Não havendo... essa é a grande frustração.

Por que a Geografia é pouco ouvida para resolver esses problemas? Quando houve no ano de 2011 os desastres naturais na região serrana do Rio de Janeiro, em Teresópolis, à época, muitos profissionais foram consultados para explicar o fenômeno. O que seria necessário para que a geografia pudesse auxiliar na compreensão e solução de problemas socioambientais como esse?

Esse debate precisa ultrapassar o conhecimento técnico que também temos. Conhecimento da dinâmica hídrica de sua gênese em relação aos movimentos de massa, um geomorfólogo tem, assim como, também, tem um engenheiro. Certamente que as leituras são diferenciadas, mas complementares. Por isso, considero que o debate deve ser feito em outra dimensão, ou seja, no campo da política, como campo de forças. Quem é que tem mais *status* no campo científico?

Tem uma profissão reconhecida socialmente de longa data, os geógrafos ou os engenheiros, por exemplo? Não adianta, quem tem mais reconhecimento social é que vai ser chamado. Os meus alunos bacharéis, "choram muito por isso". Não adianta ficar chorando em cima do leite derramado, porque esse espaço que a gente acha que não tem, ninguém vai nos dar, ou ele é conquistado por nós, ou não o ocuparemos. Dou um exemplo, na minha experiência lá no Rio Grande do Sul com arenização. As instituições do estado, os movimentos sociais nos chamam, por vezes, ao debate. Nos chamam, pois somos um grupo com longo tempo de pesquisa e envolvimento no debate sobre a arenização. Já estive em debates/embates no campo político sobre esse tema, com empresários da silvicultura, com deputados estaduais, com prefeitos e com movimentos sociais. Quando se trata de políticos e ou empresários a gente "apanha", dá vontade de não ir mais. Mas a geografia tem de se expor socialmente, sair de sua zona de conforto/desconforto, algum espaço vamos conseguindo. Muito das limitações em relação ao uso de áreas com presença de areais pela silvicultura estão hoje reguladas pela FEPAM (Fundação Estadual de Proteção Ambiental) do Rio Grande do Sul. Para isso, o debate foi intenso e a FEPAM salvaguardou alguns usos, mas tudo isso ocorreu no campo da política. Não basta dizer ou escrever que por razões técnicas e ambientais não se deve plantar eucalipto em especial em um bioma de campos. Apesar do conhecimento e argumentação, eucaliptos foram plantados. O debate foi intenso e os resultados de nossa parte pequenos. Mas compreendo que só no embate na esfera social a geografia terá visibilidade. Ficar falando para nós mesmos não vai resolver. Tem de falar para a sociedade, e esse é um problema que nós geógrafos temos dificuldade,

mas é preciso. Recentemente conversando com a Ana Coelho[20] (UFRJ), geógrafa que se preocupou com geomorfologia e conhece, nos mínimos detalhes, a dinâmica erosiva da Serra do Mar, em termos de movimentos de massa e que trabalhou muito discutindo com prefeituras do estado do Rio de Janeiro sobre prevenção ao risco, há pouco tempo me dizia: "Cansei, eu tenho um acúmulo de conhecimento sobre esses processos relativos aos movimentos de massa na Serra do Mar, percebi até agora que os resultados em termos de prevenção não são os almejados. Tenho agora trabalhado com as comunidades". Ana busca com os comunitários encontrar uma saída a partir do diálogo entre o conhecimento técnico e os espaços de vida, ou seja, busca difundir o conhecimento entre os membros dessas comunidades para que se apropriem e tomem consciência dos riscos. Ocupar espaços em meu entendimento é isso, entre tantos outros possíveis exemplos de ação da geografia.

Voltando para a área de aplicação geotecnológica, tivemos um incremento computacional nas décadas de 1970 e 1980 em que diversas áreas souberam apropriar-se destas técnicas. Na visão da senhora, ao longo das últimas décadas, o que mais chamou atenção na aplicação geotecnológica em geomorfologia?

O que me vem sempre à mente, porque é o mais usual, é a questão dos mapeamentos. Evidente que para todas as áreas da geografia o mapeamento é fundamental, embora eu avalie que as novas tecnologias chegaram mais lentamente na geografia humana. Na geografia física em todos os estudos são fundamentais. Para além do mapeamento, outras técnicas permitem hoje mais precisão na informação geomorfológica, principalmente no campo da explicação e

[20] Professora Ana Luiza Coelho Netto possui trajetória acadêmica na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

datação. A minha geração não tinha acesso a recursos e às tecnologias mais sofisticadas. Fazíamos os trabalhos de reconstituição paleogeográfica e paleoambiental considerando a disposição das camadas, associando-as a outros indicadores de campo. Assim trabalhou Ab'Saber, assim aprendemos, portanto, era tudo relativo e deduzia-se. Hoje, o avanço, por exemplo, nessas tecnologias de datação e de constituição e reconstituição de modelos computacionais a partir do uso da informação espacial, possibilita a obtenção de grande número de dados e maior precisão na informação. O avanço tecnológico é imenso. Estou, exatamente, nesses dias, com um orientando concluindo um doutorado. Sua pesquisa implicou em fazer datações em áreas do sertão da Paraíba com o uso de tecnologia de ponta e de construção de modelos explicativos através de um conjunto significativo de dados, facilitados pelo processamento computacional. Hoje temos alta tecnificação, grande número de dados e efetivo conhecimento disponível para processamentos de mapeamento e modelagem. Porém, observa-se em grande número de casos, um dispêndio de tempo significativo para o aprendizado de uma técnica, resultando pouco tempo, por vezes, para análise e interpretação, assim, ficamos no domínio da técnica. Diante disso, resta perguntar: É a formação nos cursos de graduação que está deficitária na construção dessa capacitação? Ou o que se oferece é o suficiente, afinal as mudanças tecnológicas são cada vez mais rápidas? Há um descompasso porque a ciência, a tecnologia e as possibilidades da gente trabalhar avançam muito rapidamente e a geografia, que necessitada de tudo isso, sistemas computacionais, especialmente SIG, não dá um suporte verticalizado sobre isso de maneira ampla. Voltando ao ensino, hoje temos modelos interativos

excelentes para explicar a dinâmica da natureza, porém são ainda pouco utilizados.

Atualmente, a cartografia encontra-se mais tecnificada, seja no ensino superior ou no próprio exercício profissional. Nos deparamos com uma cartografia não menos eficiente e que não usa tanto esse vasto universo tecnológico que é a cartografia social, que a senhora trabalha. Na sua visão, quais são os principais problemas e potencialidades dessa cartografia, a cartografia social?

Eu entrei nesse campo da cartografia social por uma circunstância, o fato de assumir um trabalho de cartografia que exigia um mapeamento participativo, com os ribeirinhos no Amazonas, para fins de plano de gestão da Floresta Nacional de Tefé. Tenho uma leitura de cartografia social, mas não sou uma especialista, é uma característica minha botar a mão na massa, depois vamos ver como é que isso funciona e o que estão dizendo sobre isso. Claro que eu não boto a mão na massa, como vocês, em se tratando do computador. Essa parte meus alunos fazem. Hoje tem-se como exigência para elaborar um plano de manejo, ou seja, o uso da cartografia social, onde o mapa tem que ser participativo. O mapa tem que ser construído com os moradores da unidade de conservação e a partir desta produção, mas não só, elabora-se o plano de manejo. Para criar um plano de manejo, de maneira geral, a via é a terceirização desses trabalhos. Muitas vezes essa cartografia é terceirizada e, em alguns casos, a cartografia produzida é produto de mapas mentais. Da experiência acumulada com esse mapeamento diria, sem desconhecer que mapas mentais são bastante difundidos, que para fins de gestão o produto deste procedimento não é adequado, porque a gestão e o planejamento precisam de mapas georreferenciados, ou seja, mapas elaborados apoiando-se em tecnologias computacionais. A base para isso é cartografia técnico-científica. A cartografia que

produz mapas mentais a partir da pessoa e sua vivência com as coisas do lugar poderá servir para educação, até um limite. Num trabalho como te referes, aplicável, na perspectiva do planejamento não é adequado. Então como é que a gente fez? Produzimos um mapa de uso da terra de forma coletiva, sob uma base, a imagem de satélite, trata-se de uma cartografia de esboço. Ela é além de participativa é produzida de forma coletiva. Ela tem de ser coletiva, tem de haver um consenso dos moradores locais sobre o uso dos recursos, suas localizações (onde a comunidade pesca? área de roçado? onde é feito o extrativismo?), mas o trabalho não encerra aí, esse desenho coletivo terá que ser produzido tecnicamente. Nesse momento entra a cartografia digital, o geoprocessamento e o SIG. Penso que com esse exemplo respondi algo sobre os limites, estes sempre vão existir em uma ou outra forma de cartografar.

Em virtude de seu conhecimento e trabalhos na região amazônica acerca da FLONA de Tefé, quais os desafios à preservação da natureza para o início deste século? Esse sistema tem dado certo na conservação e preservação da natureza no bioma amazônico?

É difícil de generalizar porque em alguns lugares é dramático, por exemplo, no sul do Pará, no Maranhão, norte do Tocantins, a destruição da floresta e os conflitos são amplos, agora minha experiência de trabalho é no coração do Amazonas, Tefé, no médio Solimões, lá não tem o conflito com os madeireiros de grande porte. O maior conflito observado era relativo à pesca feita por invasores externos à FLONA. Houve um tempo em que vinham barcos comerciais, invadiam a floresta nacional para pesca clandestina, esse era o maior conflito. O que posso dizer é que esse conflito foi resolvido pelo acordo de pesca construído pelos moradores locais. A caça e o extrativismo hoje estão regulados pelo plano de manejo construído

com os ribeirinhos moradores da FLONA. A FLONA é uma área bem preservada. Considero que o plano de manejo foi bem-sucedido, criaram-se várias associações, criaram-se, coletivamente, regras de uso da terra, de controle de invasão externa. Entretanto, na Amazônia propriamente dita, os conflitos perduram e tudo indica que as novas políticas de uso dos recursos da Amazônia desmontem o pouco que foi conquistado. A questão vai sempre ser confrontada no campo político. Dar certo ou não, esse sistema depende das políticas direcionadas a gestão ambiental.

Sobre as relações que se estabelecem entre o saber técnico e o saber tradicional, como pode ajudar na elaboração do plano de manejo nessas unidades de conservação? Como relacionar esse saber técnico que é necessário e também o tradicional?

Quando a gente assumiu esse trabalho na FLONA Tefé, o grupo que assumiu se perguntava como fazer esse mapeamento, como adentrar e receber a confiança da comunidade. Existe muita coisa escrita sobre como proceder com populações ao iniciarmos um processo de acolhimento visando um determinado trabalho em conjunto. Discutimos no grupo e sugeri que chegássemos de maneira simples, com roupas simples, conversando simplesmente, e assim foi. Para além disso, quem nos aproximou da comunidade foram os técnicos do ICMbio que já trabalhavam na FLONA há um tempo. Assumimos o trabalho em diálogo com os técnicos do ICMbio, os ribeirinhos e os pesquisadores a partir da proposição de Enrique Leff[21] relativa ao diálogo de saberes. Tudo que foi feito desde o roteiro das atividades, o cronograma, ao mapeamento final foi apresentado e discutido com esse grupo. Muitas vezes a gente mudou o processo. Mas o importante é que o diálogo estabelecido permitiu uma interação

[21] Enrique Leff é pesquisador titular do Instituto de Investigaciones Sociales e professor da Facultad de Ciencias Políticas y Sociales, UNAM, México.

muito significativa, em que todas as etapas eram necessariamente validadas pelos ribeirinhos e equalizadas com o saber técnico. A maior dificuldade foi em relação à leitura do mapa final, produzido em ambiente computacional, o que foi resolvido com o uso concomitante do mapa produzido pelas comunidades. Esse processo permitiu uma troca de conhecimentos e, ao final do processo, as lideranças desejaram ter domínio do SIG e do banco de dados produzido. Enfim, o que quis dizer ao trazer o exemplo do trabalho na FLONA é que o saber técnico pode ser perfeitamente produzido em diálogo com os saberes tradicionais, desde que essa prática seja construída de forma horizontal e acordada por todos os participantes. Em síntese, a experiência que vivi no Amazonas foi gratificante e me ensinou que esse diálogo é possível e fundamentalmente necessário.

No contexto hidrológico, a senhora visitou o médio Solimões, observou a carga sedimentar daquele poderoso rio. Hidrelétricas estão sendo construídas na Amazônia, em um dos afluentes mais expressivos, que é o rio Madeira. Na visão da senhora é factível a instalação de uma usina hidrelétrica em um ambiente de alta carga sedimentar?

Temos algumas experiências que já respondem essa questão. Lembra do caso da usina Hidroelétrica de Balbina, no Estado do Amazonas? Com baixa produção elétrica, é um grande exemplo do que não deve ser feito, porque além do desmatamento, da ocupação de espaços habitados e extinção da fauna, ocorreu um assoreamento enorme, e é baixa a produção de energia. Um outro exemplo que eu acho que tem de ser acompanhado é Belo Monte, estive lá acompanhando uma orientanda que trabalhou com o tema. Também lá a destruição e o conflito foram imensos e a geração de energia, pelo menos até o momento em que estive lá, era muito inferior ao planejado. Então, é difícil indo à Amazônia e conhecendo, conheço pouco, porém fica

evidente que existe, digamos, demanda energética. Entretanto, essas grandes obras são impactantes. Visitei Belo Monte, visitei o canteiro de obras, aquilo foi um desmonte pensando na natureza, uma desconstrução de sua dinâmica e rede de vida, em relação aos problemas sociais foram inúmeros de todas as ordens, o conflito com os indígenas locais foi de extrema complexidade. Agora há quem diga que é necessário e que é menos impactante do que outras formas de produção de energia. A mesma coisa, saindo um pouco da Amazônia, mas indo para o tema da transposição do rio São Francisco, visitei o trecho da transposição eixo leste, estive em Cabrobó (início) e na área do Açude de Boqueirão. Açude que alimenta de água Campina Grande. Mais recentemente, após a inauguração estive lá novamente, a água escoa pelo canal. E aqui cabe dizer a presença de água no semiárido é algo impactante, diferentemente da Amazônia. Os objetivos da transposição são abastecer área urbanas e desenvolver a agricultura. Resta-nos saber que agricultura. Até o momento que visitei, os pequenos agricultores não tinham acesso à água, embora essa estivesse ao lado! Na Amazônia, o impacto como disse também, é grande. A Amazônia tem potencial extraordinário em termos de recursos. Ocorre que os grandes empreendimentos, como a produção de energia, por exemplo, não são necessariamente destinados à produção local e em grande parte estão vinculados à exploração mineral. Por outro lado, comunidades ribeirinhas não têm acesso à luz. Em algumas comunidades da FLONA Tefé, por exemplo, chegou a luz. Uma alternativa, tomando o exemplo da FLONA, foi a implantação de placas solares, para evitar os grandes percursos de elevado custo econômico e ambiental para implantação da rede elétrica. Nas localidades mais acessíveis a rede elétrica foi implantada. Trouxe esse exemplo, para indicar alternativas que

ocorrem e vêm sendo implantadas para suprir a demanda de luz dos povos da floresta. Já no sertão (semiárido), as tecnologias sociais têm se ampliado significativamente a exemplo das cisternas. Como diz um colega se referindo à transposição, é preciso ter água... para lutar pelo seu acesso... Já na Amazônia a demanda é a energia.

Em virtude de sua larga experiência como representante da Capes na área de geografia, quais os desafios em expansão para a pós-graduação em geografia nos níveis mestrado e doutorado no Brasil?

Vou falar do tempo que eu estive lá, estive em um período em que as políticas eram outras, a proposta era a expansão. Cheguei na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no final do governo Fernando Henrique, com o Professor Maurício de Abreu - Coordenador de área. Todo o período que trabalhei na CAPES foi no governo Lula. Naquela época existia uma política de expansão da pós-graduação brasileira, da geografia em particular, especialmente para o Norte e Nordeste, e interiorização de todo Brasil, porque eram regiões onde a formação acadêmica e a pesquisa deviam ser estimuladas. Nesse período eu juntamente com o colega Ariovaldo[22] participamos dessa política. A pós-graduação em geografia se ampliou gradativamente, hoje, são 64 cursos de mestrado e doutorado espalhados pelo país, só um estado, o Acre, não tem curso de mestrado em Geografia. A política está mudando. Vivemos momentos difíceis, e se esse processo não for barrado nas próximas eleições[23] a tendência é um retrocesso, e digamos uma estagnação, uma estagnação que pode ser prejudicial aos novos cursos. Temos muitos cursos novos criados e como a tendência é a diminuição drástica dos recursos à ciência e aos recursos do

[22] Professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira possui trajetória acadêmica na Universidade Estadual Paulista (UNESP) e Universidade de São Paulo (USP).
[23] Eleições de 2018.

Ministério da Educação, diminuirão os recursos da CAPES. O atual presidente da CAPES já expressou em carta essa crise em relação ao fomento à pós-graduação onde a pesquisa está sendo inviabilizada. Já vivemos corte de bolsas e possivelmente, no futuro, de programas de estímulo à formação acadêmica e à pesquisa. Há no horizonte uma possibilidade de estagnação à expansão ou mesmo de apoiar cursos mais consolidados. Faz poucos dias estava em Aracaju falando sobre este tema. O pró-reitor de pós-graduação dizia: Das novas propostas de cursos novos apresentadas esse ano, mais de 70% e, em algumas áreas em torno de 90%, não foram aprovadas. Isso é um indicativo de que o processo em curso vai retroceder. Nesse momento para a área da geografia, os dados não estavam disponíveis. Portanto, não tenho essa informação. Enfim, os desafios são muitos o momento é de resistência ao desmonte.

Sobre a corrida pela produtividade, que a própria CAPES nos obriga, não traz um esvaziamento teórico-conceitual na disseminação do conhecimento geográfico?

Eu acho que sim, que isso é um prejuízo, sempre faço a distinção entre produção e produtividade. Quando entrei na universidade, entrei para ensinar, fazer pesquisa e extensão. Observo que quem faz pesquisa, necessariamente, tem de divulgar senão não faz sentido. Essa foi a minha prática desde que entrei na universidade. Ampliei a divulgação a partir da conclusão do doutorado. Quando defendi o doutorado, em 1988, não tínhamos mestrado nem doutorado em geografia na UFRGS. Quando implantamos o curso, eu já tinha dez anos de doutorado, de continuidade na pesquisa e na divulgação. A pesquisa era feita de forma mais lenta. Quando se implanta a avaliação, centrada na produção no sistema de pós-graduação e a valorização do produto da pesquisa, gradativamente, amplia-se a

discussão sobre produtividade. A cada período o processo se torna mais exigente em termos de produção, acelerando em certa medida o produtivismo. A produção intelectual, a pesquisa é cada vez mais necessária, agora, o produtivismo é outra coisa, gera pesquisa apressada, ligeira. Nesse caso, quando a norma é a quantidade e não a qualidade, sou completamente contra. Porque o produtivismo está fazendo proliferar uma quantidade de artigos que são só números, não necessariamente expressam conhecimento inovador ou aprofundado que possa ser lido ou utilizado efetivamente. Então, da minha experiência digo que a CAPES expressa processos de maior expansão e menor expansão da pós-graduação. A CAPES tem sua política para o avanço da pós-graduação brasileira, esta é pensada e produzida pelos pesquisadores das universidades, portanto, nossos pares. A CAPES tem suas diretrizes, mas não podemos esquecer da constituição das comissões de avaliação, pois estas têm autonomia, quer seja relativa, é a comissão que direciona os rumos de cada área. Quando estive lá trabalhando com o Ariovaldo havia um estímulo promovido pelo Diretor de Avaliação (prof. Janine) para avaliação de livros, a sua maior valoração no conjunto das publicações. Ele estimulou a área de ciências humanas a promover essa avaliação. Diferentemente de outras áreas, esta é uma área cuja produção divulgada em livros é significativa. A área das ciências humanas valoriza os livros, então é mito dizer que a Capes impõe à geografia outras formas de produção com mais valor. Trata-se de uma política dominante na CAPES a produção de artigo como o mais significativo, mas não é determinante. Essa tensão sempre existiu na CAPES e algumas áreas das humanas resistem. No período em que o colega

João Lima[24] coordenou a área de geografia, a avaliação se deu de outra forma, completamente diferente do momento atual. Foi valorizada toda a produção da área, artigo, livro, coletânea, artigos em anais, de forma não tão desigual. Foi pedido, também que cada programa indicasse quais eram as obras mais significativas produzidas no período. Tratou-se em minha avaliação de uma perspectiva mais qualitativa. Nesta última avaliação tudo mudou. Foi uma avaliação centrada na quantificação, deu-se um valor significativo para artigos, quando a área produz muito livro. Coletâneas foram menos valorizadas. O maior mérito é do escritor individual. E assim chegou-se à não inclusão de artigos em anais na pontuação. Pois bem!!! Produção qualificada hoje é a publicada em revistas A1, A2, B1 e B2. Trata-se de um afunilamento da produção em que um número muito restrito de pesquisadores terá acesso. Os editores estão subordinados aos critérios estipulados a cada quadriênio e, esses critérios, são cada vez mais exigentes. A produtividade esvazia a reflexão teórica e reflexiva, ficamos obrigado a produzir coisas rápidas, és direcionado a encaminhar para essas revistas qualificadas. Essas revistas não comportam a produção da geografia brasileira, ficando limitado o acesso. Por isso, um funil que tem implicações com as editoras, se por um lado há os editores que reclamam dessas exigências, por outro há editores que seguem a cartilha para subir de nota. O contraditório se instala, uma mesma revista ora é A, ora é B... Dependendo do período de avaliação tem sua nota modificada, que comunidade acadêmica pode ter segurança numa avaliação dessas se em um quadriênio uma revista é A1 e em outro A2. Outra questão é a valoração menor de revistas de outras

[24] Professor João Lima Sant'Anna Neto da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Presidente Prudente.

áreas. Para mim é estranho, se publicamos em revistas de outros campos do conhecimento é um indicativo de que estamos em diálogo com a produção científica. Haveria de ter mérito, no meu entendimento, equivalente ao atribuído à revista em sua área de correspondência, por vezes essas revistas são avaliadas na área da geografia em níveis inferiores de suas áreas de origem.

Com uma carreira marcada por grande experiência em pesquisas na geografia, que desafios futuros a motivam para investigação em geomorfologia ou outra área do conhecimento geográfico?

Meu desejo hoje é poder continuar a pesquisar, não tanto, embora presente, no campo da geomorfologia. Meu desejo é reconhecer o Brasil (profundo) se não todo, algumas das áreas expressivas. O desafio hoje é trabalhar no semiárido do Nordeste e minha vinda para João Pessoa/PB, por um determinado tempo, é um indicativo desse processo. Sobretudo busco trabalhar a partir do campo, do contato direto com as pessoas. Minha experiência no Amazonas me fez construir uma pergunta, mais associada à produção do conhecimento que é: Pesquisar com quem? Tento refletir buscando um diálogo com as populações nesses diferentes lugares.

Agradecimento

A equipe de entrevistadores gostaria de fazer um agradecimento ao discente do curso de Geografia, Kelvin Santos Caovila Silva, pela transcrição da entrevista.

Submetido em: 04 de março de 2019.

Aprovado em: 27 de março de 2019.